

Diálogos TRANSversais: a Travesti quer um beijo*

Entrevista com Letícia Carolina Nascimento

Flavio Adriano Nantes

“É urgente destruir certas palavras,/ ódio, solidão e crueldade, [...] É urgente inventar alegria/ multiplicar os beijos, as searas, [...] É urgente o amor, é urgente/ permanecer”. As aspas são para o poeta Eugénio de Andrade, em cujas palavras queremos pousar as nossas, as da professora/pesquisadora Letícia Carolina Nascimento, mulher travesti, que dedicou parte de seu tempo escasso pelos compromissos acadêmico-institucionais, além da divulgação do seu recente livro *Transfeminismo*, para se debruçar sobre as perguntas e respondê-las com o aprofundamento necessário. Letícia, em conluio com pesquisadorxs de diferentes instituições brasileiras, coloca em debate o corpo T, a corpa Trans, o corpo Travesti, e/ou outras nomenclaturas que ainda não foram postas em circulação; comunga com o texto do poeta português: É urgente nossa sobrevivência! É urgente destruir o transfeminicídio! É urgente que nossas corpas circulem de forma democrática pelas ruas da cidade! É urgente arrancar do Brasil o 1º lugar no *ranking* mundial em assassinatos a mulheres Trans! É urgente que nossas vidas ultrapassem os 35 anos de idade! É urgente que sobrevivamos!

* A entrevista concedida pela profa. Letícia Carolina Nascimento foi organizada por Flávio Adriano Nantes, um dos responsáveis pelo dossiê *A era do Traviarcado*, com a participação de pesquisadorxs atuantes em diferentes instituições brasileiras.

Nossa querida Letícia, por costume do ofício, nos dá uma aula; uma aula urgente e necessária: tirando-nos de nossos lugares confortáveis no interior da academia quando aponta que nossas pesquisas, quase com maciça exclusividade, são branca-cisheteronormativas; demonstrando os privilégios que os corpos cishéteros, brancos, médios, urbanos, magros, sem deficiência, gozam socialmente; regulando nosso olhar para determinadas corpos que estatisticamente vivem entre 32 a 35 anos de idade. Esta mulher Travesti empreende uma fala-protesto, exigindo, por herança de Xica Manicongo, um lugar que lhes é (a si e as suas iguais) de direito, mas que desde sempre foi subtraído por um sistema-patriarcal-eclésiástico-hegemônico que rege os engendramentos das instituições sociais. Neste sentido, o Estado que deveria promover o bem-estar social, zelando pela existência de todxs, assume, ao não empreender políticas sociais eficientes, a necropolítica (Mbembe), sistema político onde determinadas vidas têm o direito a existir e outras não.

Letícia trata, ademais, do riso, da alegria, da gongação, do humor, empreendidos pelas corpos T, para além das estereotípias que nada dizem sobre as mulheres não-cis, objeto de pesquisa desta entrevista e, por conseguinte, do dossiê. A corpa T, portanto, não lida apenas com a dor, a injúria, o desprezo, a abjeção, a violência, a morte, mas também com a felicidade, os sonhos, a esperança de que podem se vingar do sistema, envelhecendo. “Nossa vingança vai ser envelhecer!” (Keila Simpson).

Carolina nos convoca, então, ao longo da entrevista a penetrar surdamente no reino do Traviarcado para que assim desbastemos preconceitos, estereótipos, proposições inadequadas...

Boa leitura a todos, todas, todes, todxs, e viva o Traviarcado!

Flávio Adriano Nantes¹: Embora a etimologia das palavras patriarcado e Traviarcado pertença, excluindo as respectivas bases *matr*, *patr*, ao mesmo campo semântico (*arc*, *arqui*, *arch*: ter a primazia), a primeira indica a supremacia do homem (leia-se branco, cishétero, médio, urbano), onde tudo é articulado pelo homem e para o homem, instituindo assim, a hierarquização de gênero e a subalternização de corpos que não o do homem ora mencionado. Neste sentido, segundo a sua opinião, levando em consideração a etimologia da palavra, qual a proposta do Traviarcado para a sociedade, sobretudo na agoridade, com o recrudescimento e a rigidez da violência em relação a determinados corpos?

Leticia Carolina Nascimento²: As travestis entendem que a linguagem é um importante dispositivo de saber e poder, não por acaso, criaram o *bajubá*, uma língua na qual elas poderiam se comunicar nas ruas sem serem compreendidas pela polícia e outras pessoas alheias e perigosas às suas existências. Então brincamos com as palavras, produzindo outras, no intuito de, ao reinventá-las, também possamos reinventar outros mundos. Nessa perspectiva, é menos o que a pa-

¹ Flávio Adriano Nantes é Doutor em Teoria e Crítica Literária e uma bicha cisaliada. E-mail: fa.nantes@gmail.com.

² Leticia Carolina Nascimento é mulher travesti, negra e gorda. Filha de Xangô no Candomblé Ketu e de Cabocla na encantaria da Jurema. Leonina com lua em capricórnio. Feiticeira decolonial de devires e bruxa mestiça da Sociopoética. É terapeuta com formação em Reiki e Arteterapia. Pedagoga e Professora da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutoranda em Educação (UFPI). Autora do livro *Transfeminismo*, na Coleção Feminismos Plurais, coordenada por Djamilá Ribeiro. Vinculada ao NEPEGE/UFPI; RIMAS/UFRPE; POCs/UFPEL. Pesquisadora vinculada a ABPN e AINPGP. É ativista social atuando como co-fundadora e articuladora do Acolhe Trans e junto à coordenação executiva nacional do FONATRANS. Em suas investigações a ativista produz cartografias entre corporalidades transvestigêneres e/ou negras a partir de perspectivas mestiças de encontros entre ideias decoloniais, feministas e da filosofia da diferença.

lavra representa etimologicamente, e mais o que ela pode mobilizar nas estruturas sociais. O Traviarcado, ao modo como eu compreendo, instaura um modo de organização política de corporalidades transvestigêneres de modo a enfrentar e subverter o patriarcado, dissolvendo hierarquias sexuais e de gênero, apontando que se sexo e gênero não são naturais, e sim artificiais, quaisquer hierarquias são resultados da produção humana e, portanto, podem ser desfeitas.

A guerra não é contra homens cisheterossexuais brancos, burgueses, urbanos, sem deficiências, magro; é contra o regime de poder que lhes garante superioridade em todas as esferas do campo social. Assim, o Traviarcado se torna menos um regime de poder universal, e mais um modo de articulação política. Por isso mesmo, quando pensamos o Traviarcado, não significa que nós, transvestigêneres, estejamos exclusivamente nas estruturas de tomada de decisão, todavia, iremos participar ativamente, assim como outros grupos historicamente sub-representados. Assusta quem sempre esteve no poder com 100% de representação, saber que poderá ficar com 10% dessa representação, em razão de outros grupos sociais reivindicarem participação igualitária.

O Traviarcado não é um regime de vingança, é antes, uma articulação capaz de dissolver as hierarquias sociais produzidas pela naturalização e essencialização binária do corpo, do sexo e do gênero; não (re)produz violências, sua maquinaria está a serviço de uma reparação histórica. A generosidade é a marca da transancestralidade; esta completamente execrada pelo movimento gay estadunidense, mas Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera seguiam firmes na luta mantendo a *STAR House* que acolhia pessoas LGBTs em situação de rua; outras travestis lendárias abriram casas de acolhimento, mesmo marcadas pelas violências. O Traviarcado não tem qualquer fundamento opressor, ele não inverte estruturas, implodi para reconstruir.

Claudicélio Rodrigues da Silva³: Você cunhou o neologismo “outrerdades” para refletir, além da alteridade, sobre as Outras da Outra, pensando na mulher branca heterossexual, o segundo sexo de que Simone de Beauvoir fala; e na Outra da Outra, a mulher negra em relação à branca, de que tratou Grada Kilomba. Nesse sentido, a mulher trans seria a Outra da Outra da Outra? Explícite melhor a abrangência do conceito de “outrerdades”.

Leticia Carolina Nascimento: A categoria *outrerdades* é uma releitura transfeminista das análises apontadas por Beauvoir e Kilomba, é atravessada pela interseccionalidade, o foco principal é destacar que não somos a *Outra* apenas em relação a um, ou dois sistemas de dominação. Então eu sou a *Outra* para a cisgeneridade, para o machismo, para a branquitude, para a burguesia, para o norte global, para o sul-sudeste nacional, para o padrão estético magro. Deste modo eu não sou a *Outra*, possuo *outrerdades* que produzem vulnerabilidades diversas dentro de um regime colonial que articula classe, raça e gênero como eixos estruturantes de opressão e hierarquização social. Além disso, a ideia da *Outra*, da *Outra*, da *Outra*, não me parecia atrativa, a possibilidade instaura uma ordem, uma linearidade, eu prefiro pensar em encruzilhada, em movimento, vários conceitos no livro *Transfeminismo* são pensados de maneira movediça e não fixa.

Tiago Duque⁴: “Cisgênero” é uma nomenclatura cara ao transfeminismo. Ela tem sido usada de diferentes formas e nos mais

³ Claudicélio Rodrigues da Silva é professor/pesquisador da Universidade Federal do Ceará, dá aulas de Literatura Brasileira na graduação e é membro do PPGLeTRAS, com pesquisa sobre o erotismo dos sujeitos dissidentes nas antologias brasileiras. E-mail: claudicelio@gmail.com.

⁴ Tiago Duque é Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação do Campus Pantanal e na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Líder do Impróprias – Grupo de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Diferenças. E-mail: tiago.duque@ufms.br.

variados contextos, inclusive por quem não se identifica como transfeminista. Parte da reflexão que você desenvolve em seu livro *Transfeminismo* é dedicada a ele. Você aposta em uma reflexão analítica complexa, não o tomando como uma categoria acusatória, e nem defendendo que ele seria obrigatório em qualquer estudo com travestis e transexuais, como já o vi sendo reivindicado. Sendo ele parte analítica de todo um conjunto normativo de produção de “corpos/corpas”, e, portanto, de tipos de vida, sabemos que há posturas de travestis e transexuais que são, na verdade, mais “cisgêneras” que “transgêneras”. Sabemos que, como ocorre com o racismo e o machismo, “sujeitos/sujeitas” não estão acima do “sistema/cis-tema” que os/as produzem e/ou que eles/elas enfrentam. Considerando a sua acertada aposta analítica nesse conceito, pergunto: para além da crítica necessária e urgente às próprias experiências identitárias de “corpos/corpas” de “pessoas cis”, a “cisgeneridade” pode contribuir também para críticas às próprias “identidades trans”?

Letícia Carolina Nascimento: A categoria Cisgeneridade ocupa centralidade na epistemologia Transfeminista, uma vez que nos possibilita analisar relações de saber e poder que produziram as transvestigeneridades numa perspectiva patológica, imoral, criminosa, localizada em posições inferiores dentro das esferas sociais. Como toda categoria epistêmica, ela não é universal, nem absoluta, ela produz efeitos nas análises, bem como se articula com interseccionalidade produzindo diferentes opressões e privilégios (ou acessos/oportunidades). Assim, por exemplo, dentro do feminismo negro, embora se faça crítica à masculinidade de homens negros, entende-se que estes sofrem frente ao racismo estrutural. Do mesmo modo, é necessário compreender que lésbicas, gays, bissexuais e pansexuais cisgêneres sofrem com regulação dos gêneros também, a categoria

cisgeneridade assinalará, todavia, que apesar dessas opressões existem acessos que essas pessoas possuem que são impensáveis para pessoas transvestigêneres. Não se trata de estabelecer ranqueamento de opressões, nisto a lésbica negra latino-caribenha, Audre Lorde, tece uma análise fundamental: “não existe hierarquia de opressão”, o que não nos impede de analisar os modos pelos quais as opressões dentro de um regime de regulação do gênero impactam diferentes corporalidades de maneiras distintas, essa análise é imprescindível para estudos realizados na área de gênero e sexualidade.

Talvez pareça radical afirmar que todas as pesquisas sobre transvestigeneridades, e vou além, de modo geral, as pesquisas sobre gênero e sexualidades, devam usar a categoria Cisgeneridade, todavia, se as transvestigeneridades são identidades de gênero, e se entendemos que todas as identidades são relacionais, me parece coerente que pensemos as implicações das relações entre cis e trans dentro das pesquisas que desenvolvemos. Recusar-se a usar a categoria Cisgeneridade pode comprometer as análises na medida em que nomeamos apenas o que está além da norma, deixando a norma isenta de análise, quando não a nomeamos. De certo modo me questiono: que interesses aqueles e aquelas que se recusam a utilizar a categoria Cisgeneridade possuem? Não estariam reforçando o transpistemicídio ao deliberadamente desconsiderarem uma série de produções acadêmicas de pessoas transvestigêneres que defendem contundentemente a categoria cisgeneridade?

Parece-me que as histórias se repetem de outros modos, homens que se negam a entender o machismo, brancos e brancas que não assumem a branquitude. Depois, entra-se em um jogo binário simplista no qual uma categoria de análise parece determinar vítimas e opressores de maneira estática, como se Foucault, brilhante filósofo branco e gay francês, não já tivesse nos ensinado que as relações de poder são pulverizadas. Ora, mulheres são criadas dentro de relações

sociais marcadas pelo cisheteropatriarcado colonial, portanto podem apresentar práticas machistas. Ser uma mulher feminista é exatamente identificar os modos pelos quais o (cis)sexismo, o machismo produzem violências e assimetrias sobre nossas vivências e também a partir de nossas experiências. A experiência com o feminismo requer não apenas a reinvenção das masculinidades, mas também das feminilidades.

As pessoas transvestigêneres produzem suas identidades dentro do Sistema e não fora dele, se olhamos para essas pessoas e percebemos posturas que poderiam ser reconhecidas como “cisgêneras”, reforça-se aqui a importância desta categoria de análise. Já ouvi várias histórias de crianças que desejam pintar a pele de branco para serem aceitas, assim como eu desejei por muito tempo ser uma mulher cisgênera, ou pensei ainda que só seria aceita, se mesmo sendo uma travesti, me assemelhasse às ditas práticas cisgêneras. Mas, a partir do Transfeminismo entendo que todos os gêneros são fabricados a partir de práticas reiterativas e citacionais, como afirma a judia norte-americana Butler, deste modo é um erro pensar que as feminilidades e masculinidades hegemônicas sejam propriedades da cisgeneridade, tais performances circulam socialmente e todes sem exceção fazemos nossos gêneros a partir dessas relações.

Brincando com o pensamento do psiquiatra e filósofo negro da Martinica, Frantz Fanon, poderíamos pensar: “corpes transvestigêneres, máscaras cisgêneras”, esse fascínio que pessoas trans podem ter por aquilo que socialmente é estabelecido como cisgênero é certamente parte da analítica que a categoria Cisgeneridade busca empreender. Há, todavia outro fascínio, o das pessoas cis pelas trans*, que as levam a ocultar o próprio gênero, naturalizando-o, enquanto exotificam as produções de gênero das pessoas trans*. Através do Transfeminismo, operando com a categoria Cisgeneridade, passamos a perceber que o gênero das pessoas cis é tão fictício como o nosso,

pois não existe gênero original, ou primeiro. Não por acaso, a frase “Eu não sou Cis” é tão celebrada entre militantes transvestigêneres, afinal, não desejamos ser Cis, estamos produzindo nossos gêneros a partir das negociações com as normas cisheteronormativas, todes estamos.

Sara Wagner York⁵: Algumas pessoas trans/travestis/intersexo estão situadas na condição de passabilidade (Pamela L. Caughie, 2010) e/ou prolepCIS (Sara Wagner York, 2020) e podem fazer uso deste dispositivo como agência e/ou autoproteção. Tais conceitos são relacionados, por algumas instâncias sociais às discussões do colorismo. Como você percebe essa relação?

Leticia Carolina Nascimento: Eu sou uma pesquisadora, então quando entro em contato com um conceito eu avalio em que contextos ele é aplicável e que análises ele pode mobilizar, deste modo nenhum conceito é absoluto, universal, de outro modo, os conceitos todos

⁵ Sara Wagner York /Sara Wagner Pimenta Gonçalves Júnior é deficiente visual, pai, avó e apresenta-se como Travesti da/na Educação - em razão da decisão judicial (de 2017) que concede o direito ao uso de um nome feminino, mas não a readequação de gênero. Doutoranda (FFP/UERJ), Mestra em Educação (GENI/ ProPéd / UERJ - com bolsa CNPq), Especialista em Gênero e Sexualidades (CLAM / IMS - UERJ). Graduada em Letras - Literatura Inglesa (Licenciatura / UNESA), Pedagogia (Licenciatura / UERJ) e Letras Vernáculas (UNESA). Apesar de ainda cursar Jornalismo (UNESA/2021) é considerada a primeira âncora do jornalismo brasileiro através da mídia (pós TV) Brasil 247. Voluntária na ONG Britânica Sahir House no Reino Unido (2011/2012) onde trabalhou em ações de inclusão social e permanência de refugiados oriundos do Oriente Médio, América Latina e África. Recebeu a Medalha ALUMNI da Universidade Estácio de Sá (2017). Membro da Associação Nacional de pessoas trans e travestis - ANTRA, Comissão de Acessibilidade da ANPED e da Rede Campanha Pelo Direito à Educação. É professora mediadora na disciplina de Informática em Educação no curso de Pedagogia / Ensino à Distância na UERJ. Membro cofundadora da CIPAAI - Câmara de Implementação de Políticas Afirmativas Antirracistas e Interseccionais da UERJ. Bolsista CAPES.

podem possuir limites e possibilidades. Assim é o conceito de passabilidade, o que me preocupa nele é considerar que corporalidades transvestigêneres “com passabilidade” estariam seguros, isto é uma mentira, sempre somos matáveis. Se a passabilidade permite alguns trânsitos e acessos, sempre que a transvestigeneridade for revelada seremos reduzidos a um alvo de violência. Mas, não posso negar que a passabilidade amplia e muito o acesso de pessoas trans*, entretanto, é importante inverter a lógica da análise.

Não podemos considerar simplesmente que pessoas trans* querem ser passáveis, antes precisamos analisar: a) o agenciamento coletivo do desejo, pois, vivemos numa sociedade que impõe padrões de gênero feminino e masculino, durante a formação do desejo estes padrões são socialmente introjetados em nós, dessa forma, a crítica não deve meramente recair sobre a pessoa no singular, é preciso denunciar e fraudar a cisheteronormatividade; b) considerando que os papéis de gênero masculino e feminino circulam socialmente, não podemos presumir que uma pessoa trans* esteja tentando se “passar por alguém cis”, essa pessoa trans* só está construindo seu próprio gênero em relação às normas regulatórias, assim como fazem as pessoas cis, portanto, não existe original e cópia, qualquer performance de gênero é artificial; c) é importante questionar como parte da transfobia estrutural o fato de a sociedade conceder qualquer tipo de acesso às pessoas trans* apenas se estas trouxerem em suas performances estilos que podem ser identificados como reflexo dos padrões de gênero hegemônicos, as estéticas transvestigêneres são diferentes e precisam ser respeitadas.

A passabilidade entendida como o ato de uma pessoa transvestigêner se passar por cis é um ideia bastante equívoca; é preciso ampliar a lente para compreender que a sociedade cisheteronormativa oferece tratamento diferente a uma pessoa trans* com base em sua performance ao invés de respeitar todas as estéticas transvestigêneres

possíveis. Ao passo que considerar pessoas trans* “passáveis” continuam mantendo todes em uma sub-representatividade perigosa. Por fim, não fazemos nossos gêneros em relação às pessoas cis para sermos seus reflexos inferiores, tampouco a cisgeneridade é proprietária das feminilidades e masculinidades, todes fabricamos nossos gêneros e devemos ter nossas singularidades respeitadas e validadas.

Esmael Oliveira⁶: Em diferentes momentos de sua produção intelectual (cito “Monstra-Florescer: feminilizando práticas educativas” e “Aprendizagens em educação e as diferenças – resistências ao heteroterrorismo cultural: que só os beijos te tapem a boca”), há uma atenção muito especial com o “chão da escola”. Não podemos esquecer, como você mesma reconhece, que é na escola que corpos dissidentes são interditadas e/ou violentadas. Em tempos de intensos pânicos morais, no seu ponto de vista, enquanto educadora-pesquisadora, qual a importância da escola nas pautas dos ativismos transfeministas contemporâneos? Quais os caminhos para a produção de linhas de fuga em um espaço tão normativo?

Leticia Carolina Nascimento: Essa é uma pergunta que pode originar diversas respostas, mas, primeiramente cabe destacar que o movimento transvestigêner brasileiro tem historicamente tentado adentrar o espaço escolar das mais diversas formas, majoritariamente com ações pontuais, como palestras. Desde quando adentrei à militância, visito escolas de ensino médio tratando sobre essas questões por meio de palestras, em especial no mês do orgulho LGBTQIAP+.

⁶ Esmael Alves de Oliveira é Doutor em Antropologia Social (PPGAS/UFSC), docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGpsi) e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: esmaeloliveira@ufgd.edu.br.

Embora interessantes, ações pontuais são insuficientes para a transformação que queremos.

Então, quero começar do início, do topo, é inadmissível o esvaziamento de políticas para inclusão e diversidade no presente governo federal (2018-2022). Desde antes do golpe político de 2016, que culminou com a destituição da presidenta Dilma Rouseff, os direitos da população LGBTQIAP+, em especial dentro da educação, se transformaram em uma faca afiada pronta para degolar um governo centro-esquerda que de modo cambaleante se mantinha no poder. O resultado é que mesmo em um governo progressista assistimos ao veto do Programa Brasil sem Homofobia, que nos anos seguintes com os governos pós-golpe foi completamente apagado do Ministério da Educação.

Por isso afirmo que é urgente uma retomada democrática no nosso país, elegendo governos que não abram mãos dos direitos da comunidade LGBTQIAP+ apesar da constante pressão da bancada fascista, conservadora e religiosa que se amplia nas casas legislativas, e agora inclusive presente no Supremo Tribunal Federal (STF). As pautas LGBTQIAP+ precisam se materializar em um projeto educativo nacional no MEC, afinal este é o órgão responsável pelo direcionamento da política nacional de educação. Precisamos ter um programa nacional que articule as questões de gênero e sexualidade numa perspectiva interseccional, considerando não apenas as pautas do movimento LGBTQIAP+, mas também do movimento feminista e negro.

Acredito que um programa como este teria condições de produzir, inclusive como era intenção do Programa Brasil sem Homofobia: cartilhas, vídeos e materiais didáticos diversos sobre o tema, além de formação de professores urgente. Aliás, essa seria mais uma ação relacionada ao MEC. É urgente, ademais, repensar as grades curriculares dos cursos de licenciatura que ainda relutam em inserir as questões

de gênero e sexualidade. Para além do MEC, temos tentando fazer isso em nossos departamentos, às vezes como disciplinas optativas, mas precisamos fortalecer a abrangência dessas ações em todas as licenciaturas. Não se faz transformação a partir da educação sem formação docente de qualidade.

O amparo a alunes transvestigêneres dentro da escola demanda engajamento de toda a equipe escolar, pois vai desde o registro escolar, passando pelo uso do banheiro, pelo cotidiano da sala de aula, relação entre alunes e professorias, enfim uma complexidade de relações. Embora existam dispositivos jurídicos a partir dos quais ês transativistes garantam o respeito ao nome social, uso do banheiro a partir da identidade de gênero, combate às violências transfóbicas, o engajamento da comunidade escolar é fundamental. Nessas situações, tem sido fundamental a atuação do movimento social transvestigêneres que rapidamente inicia o diálogo com a escola, se não recebe resposta favorável aciona os órgãos superiores da educação (secretárias e gerências regionais), e persistindo as violências uma denúncia na defensoria pública pode ser realizada, além da judicialização dos casos. Os movimentos sociais já estão familiarizados com esses processos, infelizmente. Expor as violências sempre produz efeitos, como nos ensinou Audre Lorde, o silêncio não irá nos proteger.

Flávio Adriano Nantes: “Ser um homem feminino/ Não fere o meu lado masculino/ Se Deus é menina e menino/ Sou masculino e feminino” As aspas são para Pepeu Gomes, na canção *Masculino e feminino*, e, enquanto trabalhava no dossiê *A era do Traviarçado*, ouvi muitas vezes essa música e pensava no gesto irônico, no jogo de palavras – masculino/feminino; menina/menina – entendidos pelo cantor/compositor acerca de Deus, o judaico-cristão, (vide a grafia maiúscula) em cujo imaginário ocidental está inscrito. Neste sentido, enquanto uma mulher

travesti, *i.e.*, uma sujeita que tem a mulheridade marcada no corpo, na subjetividade, comente sobre os assédios, a falta de direitos, as injúrias, o *continuum* de violência, praticados contra os corpos LGBTs em nome do Deus judaico-cristão:

Letícia Carolina Nascimento: As pessoas cristãs afirmam que “Deus” nos fez a sua imagem e semelhança, todavia me questiono se não é exatamente o oposto, nós que fizemos um “Deus” a nossa imagem e semelhança, tão nossa imagem e semelhança que pode ser utilizado para justificar machismo, racismo, LGBTQIAP+fobia. A religião precisa urgentemente ser entendida como uma prática cultural, marcada pelas relações de poder, ela não anuncia nenhuma verdade, ela molda a sua própria verdade a partir da vontade de homens situados historicamente. Para tanto, é preciso expor genealogias das práticas religiosas cristãs que evidenciem as inúmeras violações de direitos humanos as quais o pensamento ocidental cristão é utilizado como justificativa. Eu sou bastante cética em relação a projetos que buscam “humanizar” o cristianismo, utilizando uma expressão contemporânea, eu não vou “passar pano” para o que o cristianismo fez. O poeta negro martinicano, Aimé Césaire, afirma que “A Europa é indefensável”, para mim assim também é o cristianismo, indefensável. É cruel que se omita a sangrenta história da cristandade, que pensadores, artistas, professores, etc. se sintam tão confortáveis em exercer esse credo. Precisamos urgentemente exorcizar o deus judaico-cristão (com “d” minúsculo, ele é apenas uma divindade entre tantas mil adoradas pelos mais diversos povos), da política, do Estado; e isso não significa negar às pessoas o direito à religião, mas a espiritualidade deve se restringir ao espaço privado. A Bíblia em João 8:32 professa “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”, assim como precisamos expor publicamente os arquivos da ditadura civil-militar brasileira e nazista, entre outras atrocidades

contra a humanidade, precisamos contar abertamente a verdadeira história da cristandade. Eu sou herdeira de Xica Manicongo inquirida e ameaçada de morte pelo Tribunal do Santo Ofício no século XVI. EU NÃO ME ESQUECEREI.

Regiane Corrêa de Oliveira Ramos⁷: Ao se autoidentificar como filha de Xangô e Oyá, você lida com práticas nas quais deuses, espíritos ou o sobrenatural têm atuação/agência no mundo. Gostaria que você comentasse sobre a tríade Candomblé, corpo e identidade de gênero, já que a identidade trans* é um dos marcadores sociais da diferença que contribui para a desestabilização dos modelos binários de gênero no cerne do Candomblé.

Leticia Carolina Nascimento: A forma como eu me apresento ao mundo é marcada por decisões políticas, anuncio constantemente de onde falo, pois como apontam Djamila Ribeiro e Donna Haraway só podemos produzir saberes localizados. Eu compreendo que o Candomblé está atravessado pela normatização binária e essencialista de gênero, por isso, mesmo que eu me afirmo como uma travesti de axé, que bebe na afroancestralidade a partir do Candomblé e da Ciência dos Encantados da Jurema, eu digo, apesar desse limite imposto, eu estou aqui! O Candomblé se cria dentro de um contexto no qual a população negra incorpora nas suas relações o binarismo ocidental de gênero, crítica presente nas elaborações de algumas feministas negras brasileiras. Nesse contexto a mulher negra paga um preço alto, uma vez que as relações de dominação entre homens e mu-

⁷ Regiane Corrêa de Oliveira Ramos é professora adjunta da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Doutora em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês pela Universidade de São Paulo, com estágio de pesquisa na Jawaharlal Nehru University – Índia, e na University of Surrey - Guildford, Inglaterra. E-mail: regianeramosuems@gmail.com.

Iheres cisheternormativos vividas no contexto branco burguês são incorporadas às sociabilidades negras. Então se gênero é um modo normativo de organização social marcadamente branco-europeu, por quais motivos o Candomblé insiste em reproduzir essas assimetrias em suas práticas?

É fundamental descolonizar o gênero no Candomblé e demais práticas religiosas afradiaspóricas no Brasil. Nisto, me parece fundamental a obra da nigeriana Oyèrónkẹ Oyèwùmí que falando sobre as tradições iorubas entende que entre estas o gênero não era a principal categoria de organização social como é nas sociedades no norte global. Para Oyèwùmí, é a dimensão etária a principal categoria de divisão, todavia quando analisamos o candomblé, percebemos que a dimensão etária existe, mas o gênero também está lá, uma vez que as funções são divididas por gênero no barracão. É fundamental que o Candomblé possa refletir sobre os modos pelos quais o colonialismo se infiltrou em suas práticas e crenças, para que possamos expurgar aquilo que nos limita enquanto produção das diferenças.

Esmael Oliveira: Após a leitura do seu livro, lembrei de um dos *insights* da pesquisadora Berenice Bento em seu clássico “A reinvenção do corpo”. Na obra, Bento aponta para a impossibilidade de se pensar transexualidade no singular. De acordo com ela, as *trans* seriam múltiplas. Mais recentemente o filósofo Paul Preciado fala em termos de uma “multidão Queer”. Assim sendo, lhe pergunto: O uso que você faz do termo “Transfeminismo” no singular (e que intitula a obra), não resultaria numa homogeneização do movimento e do ativismo trans? Afinal, Transfeminismo ou TransfeminismoS? O que você pensa em relação a isso?

Leticia Carolina Nascimento: O Transfeminismo é um lugar de encontro para tantas corporalidades transvestigêneres que pensam o Feminismo a partir de suas próprias materializações, ele é plural estando no singular. Defendo o seu uso no singular como uma corrente do feminismo, o próprio feminismo estando no singular é composto de variadas correntes. Eu penso o Transfeminismo como um quilombo, um lugar de encontro, trazemos nossas similaridades e divergências. O Transfeminismo é como uma grande *House Ballroom*, somos de uma mesma casa, uma mesma família, mas temos estilos diferentes, existem as especialistas em vogue e as que servem carão: *face, face, face!* Pensar o Transfeminismo no singular, mas como um movimento, não uma unidade estática, pois um único caleidoscópio não mobiliza uma quantidade imensa de feixes coloridos de luz? Assim, o uso do singular não é uma homogeneização, é um modo de armar uma tenda e convidar todas as irmãs para tomar um *omi dundun* ou um *otin* e *batermos uma indaga* que pode ser *odara* ou com muito *ejó*. Podemos ser uma comunidade divergente consigo mesma, unidade e universalidade são paradigmas ocidentais, o Transfeminismo é uma ciranda dissonante de vozes.

Tiago Duque: Ao ler o seu livro *Transfeminismo*, pude identificar referências a autoras feministas que também são as referências de muitas pesquisas com travestis e transexuais no Brasil, especialmente na área das Ciências Humanas e Sociais. Antes da valiosa emergência do transfeminismo nas universidades, essa produção acadêmica nacional não apenas trouxe para os espaços das análises acadêmicas as categorias (saberes) encontradas em campo durante o diálogo e convivência com travestis e transexuais, como também levou para a arena dos movimentos sociais algumas categorias (saberes) que foram usadas por travestis e transexuais em busca por direitos no enfrentamento às violên-

cias. Os trânsitos de saberes produziram efeitos tanto na luta por reconhecimento, como no campo da produção do conhecimento. Na sua visão, hoje, como o transfeminismo tem lidado com essas pesquisas que o antecede, das Ciências Humanas e Sociais que trabalharam com travestis e transexuais?

Letícia Carolina Nascimento: A pesquisa é uma prática de composição, selecionamos categorias, teorias, fontes, campo, sujeitos, tudo passa por um processo de escolhas realizadas para manter uma coerência epistêmica que garanta a cientificidade do trabalho. Assim, entendo que podemos percorrer variados caminhos. Os saberes que foram produzidos antes do Transfeminismo podem ser úteis? Bem, isso dependerá dos diálogos que pretendemos realizar e as mais diversas transfeministas têm tentado produzir esses diálogos. Todavia, muitas de nós têm insistido em apontar o recorrente transepistemicídio, pois no período em que muitos destes trabalhos foram desenvolvidos “não existiam pesquisadorias transvestigêneres”, embora numa perspectiva decolonial, as vozes das travestis putas ouvidas por inúmeros pesquisadorias cisgêneres poderiam ser consideradas vozes epistêmicas, e não como é comum, a sua marcação como meras informantes da pesquisa. Esta característica de diminuição do potencial epistêmico não é uma característica isolada, a ciência colonial funciona assim.

Então, “não existiam pesquisadorias transvestigêneres” naquele período, mas estamos falando de agora, ainda é comum lermos trabalhos sobre nós, sem nós! De outro modo, enquanto tais trabalhos não nos citam, é bastante comum encontrar nestes inúmeras referências cisgêneras que pesquisaram sobre nós. Quando escrevi o livro *Transfeminismo*, eu optei por citar poucos desses trabalhos, exatamente para fazer o caminho inverso, a questão não é que não acho importante citar estes trabalhos; minha opção é um protesto; se pesquisadorias

cisgêneres se sentem confortáveis em nos excluir de suas produções, por quais motivos eu irei incluir nos meus trabalhos suas pesquisas? O que estamos pedindo é uma reparação histórica, não é anular o que já foi feito, mas quando trazemos aqueles trabalhos não podemos parar neles, é preciso produzir diálogos entre aquelas vozes e as vozes das transfeministas. É um trabalho que inclusive pretendo desenvolver, analisar tais pesquisas, trazer pontos importantes, possíveis lacunas.

Eu gosto do morde e assopra, toda travesti tem malícia para morde e beijar, do mesmo modo que questiono a cisgeneridade, gosto de abrir as portas do transfeminismo para dialogarmos. É necessário interesse de ambos os lados, quando uma não quer, duas não beijam. Gosto de produzir diálogos possíveis, em minhas investigações cito várias feministas negras cisgêneras que tanto não trabalham com a categoria cisgeneridade, como também não citam transvestigêneres. Quando as trago eu evidencio que o nosso diálogo é possível: a travesti quer um beijo! Quero que nossas epistemologias produzam trocas, convide todas, todos e todes! Leiam, citem, referenciem, indiquem transvestigêneres!

Juliana Berlim⁸: A hormonização infantil é alvo de muita polêmica no exterior, mas, dentro do Brasil, a questão não parece ser alvo de ampla discussão na sociedade, a não ser dos círculos mais interessados em debates de gênero. Qual sua opinião a respeito?

Leticia Carolina Nascimento: As crianças têm sido alvo de uma cruzada cruel contra a livre expressão de gênero no Brasil, acusam

⁸ Juliana Berlim é Professora de Língua Portuguesa e Literatura do Colégio Pedro II. Mestra em Ciência da Literatura (UFRJ). Escritora publicada no Brasil e no exterior. Co-organizou *Transliteraturas* (Editora Oficina Raquel). E-mail: juliananberlim@gmail.com.

feministas e o movimento LGBTQIA+ de tentarem intervir na “personalidade”, na identidade das crianças, impondo as questões de gênero. Essas pessoas não pensam nas crianças, elas desejam seguir pensando sobre as crianças, desejam continuar governando as infâncias. A palavra infância tem origem no latim *infantia*, *in* é um prefixo de negação, *fan* significa falante, podemos traduzir como aquele que não fala, contudo as crianças não apenas falam, elas expressam de diversos modos seus desejos, inclusive em relação à expressão de seus gêneros. O que fazer quando uma criança identificada com o sexo masculino pede como presente de Natal uma boneca? A criança fala, ela pede, ela deseja a boneca, não foi nenhuma militante feminista ou LGBTQIA+ que incentivou o pedido aparentemente inusitado. Precisamos aprender a respeitar os desejos da infância, da adolescência.

Sobre a hormonização, desde a infância precisamos conduzir um debate a partir do conhecimento médico científico, mas sem um viés moralizante, é fundamental que estudos experimentais sejam desenvolvidos de maneira ética. Para tanto, as ciências da saúde precisam ouvir os anseios das pessoas transvestigêneres, tanto das crianças do agora, como das crianças do passado. As crianças que não tiveram a oportunidade de experimentar seus gêneros de outros modos, hoje, como adultas, se erguem para reivindicar os direitos das crianças e adolescentes transvestigêneres. Em uma primeira análise parece-me razoável que crianças comecem utilizando bloqueadores hormonais que suprimem temporariamente e de maneira reversível características corporais secundárias associadas ao sexo cromossômico, tais como o aparecimento da barba.

Todavia, se esta for uma criança que se percebe transvestigênera desde os 5 anos de idade e já adota a identidade de gênero que se sente confortável, por quais motivos ela não poderia na adolescência passar gradativamente a tomar hormônios? O recurso dos bloqueadores pode ser um paliativo viável entre adolescentes que a partir

dos 11, 12, 13 anos passam a se afirmar transvestigêneres. É um momento de descoberta, se instaura um processo de escuta: a família, a equipe médica multiprofissional precisa ter sensibilidade para ouvir os apelos e estabelecer o momento de iniciar a hormonização.

É preciso considerar as dores vividas por crianças e adolescentes transvestigêneres que inseridas em espaços de sociabilidades com pessoas cisgêneras se tornam estrangeiras de si ao perceberem que suas corporalidades não mudam como as das demais: desejar ter uma barba ou ver os seios crescerem. Atualmente o protocolo experimental do Conselho Federal de Medicina institui a idade de 16 anos, se consideramos o exemplo anterior, da criança de 5 anos, serão 11 longos anos de espera. Nós estamos todes cansades de esperar! Nós queremos fazer nossas corporalidades para além desse moralismo que impregna a ciência, faz uma ginecologista receitar anticoncepcional para uma menina cis de 12 anos, mas proíbe, sobre a premissa de proteção de uma adolescente transvestigênera, de ter acesso a hormônios que irão impactar positivamente sua vivência social. Do que nós estamos protegendo essas crianças e adolescentes quando impedimos seus sonhos?

É preciso um esforço coletivo que coloque crianças e adolescentes transvestigêneres no centro do processo. As famílias e a medicina devem participar como coadjuvantes garantindo condições seguras e avaliadas de forma ética para o uso responsável dos hormônios na medida em que as questões corporais atravessam o campo do desejo desses pueris dissidentes de gênero. Crianças e adolescentes transvestigêneres falam, elies irão expressar se possuem desejos de modificação em relação as suas corporalidades; se esse desejo emerge nós precisamos garantir formas saudáveis de experimentação, para além da moral, dentro de uma ética de cuidado que garanta o florescimento de uma estética da existência de fruição do gênero.

Claudicélio Rodrigues da Silva: Para discutir o conceito de transfeminismo você partiu da história do movimento feminista, tendo como ponto de partida as questões “e eu não sou uma mulher?”, do século XIX, e “não se nasce mulher, torna-se...”, da primeira metade do século XX. Ou seja, foi nos posicionamentos de épocas diferentes, um de uma mulher negra estadunidense, o outro de uma filósofa branca cishétero francesa. Essas questões não só serviram para tensionar o programa do feminismo, permitindo o abandono da noção de mulher como abstração universal, como pluralizaram o movimento. Mas como explicar que em pleno século XXI ainda haja uma parcela radical dentro do feminismo que não aceita mulheres trans e travestis? Não são ainda marcadas por um pensamento biológico, essencialista? Não é estranho que enquanto Preciado esteja discutindo que qualquer parte do corpo pode ter a mesma função do pênis, pode ser um dildo, há feministas que ainda reduzem a mulheridade à existência da vagina?

Letícia Carolina Nascimento: Não é apenas estranho, é incoerente. Quando leio alguns textos de Joan Scott, Donna Haraway, Teresa de Lauretis, Linda Niconlson, autoras cisgêneras, constato que todas apontam que o atrelamento da categoria gênero, de modo exclusivo, à dimensão biológica, é uma limitação do pensamento feminista. Desde sua origem, a categoria gênero tem sido utilizada de diferentes modos para demarcar que são as relações históricas de saber-poder que produzem as assimetrias relacionadas aos modos pelos quais produzimos nossas corporalidades. Nem a vagina, nem o pênis são órgãos estáticos, não é sua suposta natureza biológica que determina os nossos lugares sociais. Não posso negar, no entanto, que a vagina tem sido utilizada como marcador de violência para mulheres cisgêneras. Todavia, é limitante reduzir essas violências à vagina. Assim

preciso considerar que são relações sociais que produzem a vagina enquanto um órgão sexual de passividade e fragilidade; são essas relações de produção que a categoria gênero articula em sua analítica.

Nós vivemos nossas mulhereridades e feminilidades de formas distintas, as opressões são produzidas pelo patriarcado cisheteronormativo colonial, ser mulher não é só ter vagina, existem mulheres de vagina, assim como existem “mulheres de pau”, ou identidades de gênero que vivem as feminilidades sem se reivindicarem mulheres. A força da luta feminista está exatamente em compreendermos a necessidade de erguemos não apenas as nossas bandeiras, mas as bandeiras umas das outras. Como transfeminista me sinto bastante chocada com a pobreza que atinge, entre outros elementos, a menstruação; sou professora e nunca imaginei que meninas cisgêneras faltassem aula por conta da menstruação; tomei para mim esta bandeira, assim como sou contundentemente a favor da descriminalização do aborto. Eu sou uma aliada das pautas das mulheres cisgêneras. Em nenhum momento nego que a vagina, ou as relações sexuais de reprodução produzam opressões, apenas não naturalizo e universalizo esses importantes marcadores.

A categoria gênero produz uma analítica, ainda mais complexa, quando a atravessamos com a interseccionalidade. A categoria gênero em sua dimensão política, cultural e histórica não pode ser reduzida a uma suposta biologia, assim como a dimensão de raça/etnia não é restritamente relacionada a carga de melanina e outros fatores fenotípicos. A raça e o gênero são dispositivos históricos de hierarquização social, os elementos que podem ser compreendidos como parte de uma anatomia humana não são os determinadores dessa categoria, pelo contrário, são produtos daqueles dispositivos. Como transfeminista, sou uma pesquisadora da área de Ciências Humanas e Sociais, não irei reforçar essencialismos e universalismos em minhas pesquisas, eu debato categorias situadas e produzidas

historicamente a partir de relações de saber-poder, não me sinto motivada a discutir com quem não entendeu o *metier* básico da pesquisa em humanidades.

Sara Wagner York: Ainda sobre produção de arquivos (FOUCAULT, 2004; YORK, 2020, BOURCIER, 2021), em 2019, o FONATRANS produziu uma série de *lives* que apresentavam pessoas trans/travestis de diferentes áreas dialogando sobre o que chamamos de “ocupação dos espaços”. Poderia fazer um balanço desse movimento que foi encabeçado por você, junto aos movimentos sociais?

Letícia Carolina Nascimento: As *lives* do FONATRANS se iniciaram no período pandêmico, o isolamento social era severo para muitas de nós que se isolavam durante o dia e à noite permaneciam expostas à pandemia durante a prostituição, única forma de sobrevivência. Nesse contexto de morte, nós sabemos que na maior parte dos casos só podemos contar com a nossa própria comunidade transvestigênera. Por mais que eu me esforce, jamais conseguirei descrever a força de vida da nossa comunidade reunida; nós queríamos sentir isso mais uma vez para termos esperança de que poderíamos permanecer vivas. O objetivo maior das *lives* era promover entre nós a esperança que só era alimentada por nossas trocas afetivas. No ano de 2020 eu assumi o posto de apresentadora e articuladora das *lives* do FONATRANS, projeto com coordenação de Jovanna Baby, nossa presidenTRA, as temáticas eram variadas e convidades de todo o país. As *lives* aconteciam pelo instagram (@fonatrans), nos comentários muitas mensagens de carinho, ao final sempre encerrava mandando beijos para todes que acompanhavam a *live* de suas respectivas cidades e movimentos sociais, além de trocas de conhecimentos, havia uma intensa troca afetiva.

No início realizamos *lives* avulsas semanais, depois vieram 3 edições do Festival Traviarcado, estes com mais horas de programação, além disso já foram organizados duas edições do Festival Afrontransmasculinidades. As *lives* fazem parte do arquivo histórico do FONATRANS e algumas delas se transformaram brevemente em publicações, dada sua relevância, afinal importantes matriarcas participaram das *lives*, como Jovanna Baby, Beatriz Senegal, Indianarae Siqueira e Keila Simpson, além de militantes com expressiva relevância nacional, como Sara Wagner York, Megg Rayara Oliveira e Maria Clara Araújo, dentre outras. Nós estamos contando nossas histórias de agora e resgatando outras tantas, em um movimento de abrir caminhos reconhecendo a ancestralidade.

Rosilene Caramalac⁹ e Angelo Ferro¹⁰: A violência dirigida contra travestis é uma triste realidade no país, vide que em 2020 o Brasil ainda segue líder de assassinatos no *ranking* mundial, e esta posição é ocupada desde o ano de 2008, conforme os dados da ONG *Transgender Europe* (TGEU), (ANTRA, 2021). Muitos desses crimes vêm acompanhados de desfigurações, despedaçamento dos corpos e de humilhações de desrespeito à memória (a saber, fazem velório e o sepultamento com roupas masculinas, como aconteceu com a Lana [Presente!], em Aracajú). Não devemos fazer uma leitura superficial dos atos de violência e dos

⁹ Rosilene Caramalac é Psicanalista. Professora Associada da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutora em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: rocaramalac@uol.com.br.

¹⁰ Angelo Ferro é Graduado em Psicologia. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutorando em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/Rio, no qual é bolsista Capes. E-mail: angelusferro@hotmail.com.

assassinatos contra esses corpos, muito menos devemos usar a prerrogativa irrefletida de que o “Brasil é um país violento”. Em face disto, que leitura você faz sobre essa situação? Por que, a seu ver, a grande maioria da população e o Estado não se preocupam em tentar modificar essa triste realidade?

Letícia Carolina Nascimento: O Brasil, assim como a América Latina, é fortemente marcado pelo regime colonial, se este teve seu fim, a colonialidade, como aponta Anibal Quijano, segue ordenando o modo como se organizam as estruturas de poder. São séculos em que as vidas de negres, indígenas, mulheres, gays, lésbicas, pessoas trans, travestis, pessoas com deficiências foram tratadas sem qualquer valor. A violência é o grande fio condutor da história brasileira. No caso da violência contra transvestigêneres a cisgeneridade entende que essas experiências rompem radicalmente com um alicerce fundamental de sustentação colonial: a reciprocidade entre sexo e gênero, essa verdade infalível não pode ser usurpada, quando rompemos com este pacto somos expostos às mais cruéis violências, pois de fato não pertencer a um gênero binário é anular qualquer possibilidade de enquadramento dentro da humanidade.

Acredito que já tenha falado isso em outros momentos desta entrevista, mas repito, precisamos contar nossas histórias. Numa perspectiva foucaultiana propor arqueogenealogias das estruturas de poder expondo suas violências e principalmente seus modos de produção, desnaturalizando as opressões como grandes ficções. Entre as leituras de Lélia Gonzalez e Frantz Fanon é preciso romper com essa neurose colonial que insiste em naturalizar hierarquias de raça, gênero e classe, e para isso precisamos nos colocar todes frente ao espelho de nosso passado; este grande espelho da verdade colonial, e reconhecer em nós os traumas sofridos, os poderes exercidos, as dores, os privilégios. É um exercício coletivo que requer coragem e

honestidade, um processo educativo contínuo de produção de outra realidade possível, sem o esquecimento do mundo que estamos por demolir.

Regiane Corrêa Oliveira Ramos: Alice Walker diz que “a resistência é o segredo da alegria”. Resistir às armadilhas e aos aparatos do heteropatriarcado e do sistema colonial moderno de gênero. Como é para você viver o transfeminismo na academia? É essa alegria que Walker descreve?

Leticia Carolina Nascimento: Eu tenho um compromisso ancestral com a alegria, a tristeza é um contra-axé, assim como a fome, quem é de terreiro sabe. Não é que não vivamos a tristeza e a fome, só não permitimos que isso nos defina e seja a única narrativa sobre nós. Muito se fala que Xica Manicongo correu risco de vida ao andar pelas ruas de São Salvador no século XVI com as vestes de acordo com sua identidade de gênero, pouco se fala que ela era bastante namoradeira. Assim também Madame Satã é lembrada pelos inúmeros conflitos policiais, todavia, além disso, ela era uma vedete sensacional. Nas ruas onde as travestis se prostituem, há o perigo, o riso e a solidão, nessas encruzilhadas as vidas de tantas se misturam; é o lugar de trabalho, mas também de diversão; se conversa sobre família, sonhos e o cliente que é uma *maricona uó*; existem trocas afetivas e também as quizilas. É por toda essa ancestralidade, que não, eu não me permito ser apenas um dado estatístico, ser apenas alguém com expectativa de vida entre 32 e 35 anos, eu não sou apenas aquela que morre com pedradas, pauladas e tiros.

Apesar da cisheteronormatividade constantemente me cercar eu me autorizo sonhar. Às vezes eu me pego olhando para o passado e imaginando se as minhas ancestrais tinham tempo pra sonhar es-

tando sob o chicote do senhor ou a mira da polícia. Eu não sei se elas (me) sonharam, mas eu sinto que hoje nós ocupamos lugares que elas também desejariam ocupar. Assim, eu me sinto parte de algo que é maior do que eu. Jovanna Baby, nossa matriarca fundadora, nos diz que “somos todas uma só carne e uma só história”. Outra matriarca, Keila Simpson, nos convida a resistir dizendo: “Nossa vingança vai ser envelhecer!”. Quando penso na alegria ao invés da tristeza, não quero reforçar o estereótipo caricato de que somos “seres bem humorados”, eu não permito que nos reduzam a uma lágrima ou a um sorriso, nós somos multidão!